

Resumo: Na história do Povo de Israel aconteceu um acontecimento que abalou profundamente a fé do Povo Eleito quando o Império Assírio atacou o Reino do Norte, em 721 a.C., conquistou Samaria, sua capital, e dizimou a população ao deportar dez tribos israelitas para o exílio na Assíria. Para sair dessa contingência de perigo à existência da nação, não havia outro recurso a não ser apelar para Deus com orações de confiança suplicando por acontecimentos providenciais que auxiliassem a sobrevivência do povo Eleito.

Abstract: In the history of ancient Israel occurred a disastrous event which shook the very foundations of the faith of the Chosen People, when the Northern Kingdom of Israel fell prey to the Assyrian Empire, in 721 B.C, conquered Samaria, the capital city, decimated the population by deporting ten tribes into exile in Assyria. In order to be saved from danger against the survival of the nation there was not other resource than an urgent appeal in prayers of trust in God hoping for His intervention through providential events for the survival of the chosen People.

Confiança em Deus na crise

*Luís Stadelmann, SJ**

* O Autor é doutor em Língua e Literatura Semítica (Cincinnati, USA, 1967), Mestre em Ciências Bíblicas (Roma, 1973) e professor no ITESC.



Introdução

A motivação para reavivar a confiança na intervenção de Deus, na vida humana, surge em determinadas situações. Para alguns se manifesta em meio às preocupações com a subsistência; para outros, em circunstâncias de insegurança da família à mercê da violência descontrolada em ambientes urbanos e rurais. É nesse contexto que surgem preces de confiança, suscitadas pelo inconformismo com as situações injustas e desumanas, e pela necessidade de reagir contra as agressões, no nível econômico, social, político, cultural e religioso. Tais agressões provocam conflitos e lutas, já que na raiz de todas as opressões estão os direitos humanos vilipendiados. Os oprimidos procuram libertação da opressão injusta, recorrendo aos meios humanamente viáveis e eficazes. Aplicam o princípio do “sinergismo”, que se baseia na doutrina sobre a cooperação do homem no processo de salvação. À luz da Bíblia se explicita a intervenção divina na História da Salvação em termos de prioridade de Sua ação, de sorte que Deus dá o início, a execução e o resultado final à obra salvífica, na qual o homem é convidado a cooperar.

É digna de nota a expressão de S. Inácio na sentença que enaltece a vontade divina no cumprirmos a nossa missão terrena: “Confiar em Deus como se tudo dependesse só d’Ele, e agir, como se apenas, de nós, tudo dependesse”¹. Tratando-se da confiança, é de notar que não é uma virtude doméstica, mas o meio mais eficaz da religião para enfrentar tribulações e perigos sem recorrer à violência ou outros recursos de revanche para sua autodefesa. É que a eficácia da confiança consiste na *antecipação* do auxílio divino sem postular a atitude da não-violência ou da resignação.

Ao relermos os textos bíblicos sobre situações de crise da comunidade israelita, aparecem tensões sociais e políticas entre os próprios cidadãos, pois alguns procuravam enfrentar a agressão externa dos inimigos da pátria com as mesmas armas do agressor. Entre os líderes do povo infiltravam-se indivíduos interesseiros que influenciaram a opinião geral da população para apoiar iniciativas pacifistas ou tirar vantagem da hegemonia do governo estrangeiro, às expensas do Reino de Israel. Outros israelitas, pelo contrário, desmascararam os interesses ocultos dos grupos dominantes e incentivaram fidelidade às tradições religiosas nas

¹ S. Inácio de Loyola, em *Thesaurus spiritualis Societatis Jesu*, Curia Praep. Gen., Roma 1953. p. 625).



populações do Reino de Israel. Os documentos de valor histórico são os textos dos profetas do século VIII aC: Amós e Oséias, Isaías e Miquéias. É de notar que os vaticínios e advertências contra iniciativas políticas, porque excluía os interesses do Povo Eleito. Na verdade, as diatribes acerbas que se encontram nesses livros proféticos são de cunho religioso como também cívico. É que a população israelita, organizada em clãs e tribos, estava integrada no conjunto do Povo de Israel, com direito de cidadania. Mas a pertença ao Povo Eleito exigia participação efetiva na comunidade de fé. Nesse ponto convém assinalar a função das famílias, dos clãs e das tribos quanto ao controle da frequência dos participantes na liturgia celebrada pelos israelitas praticantes. Ora, os prosélitos tinham permissão de ausentar-se de determinadas celebrações litúrgicas, ao passo que os “filhos da Aliança” (*b^enai b^erit*) tinham obrigação de frequentar todas as celebrações litúrgicas sem justificativa de ausência, a não ser, nos casos previstos nos estatutos. É típico da vivência da fé bíblica que não seja uma religiosidade difusa, porque estava marcada por critérios objetivos e parâmetros bem definidos. Por isso, uma religiosidade como terapia espiritual ou higiene da alma não tinha vez, porque não valorizava a nobre tarefa dos fiéis como portadores de graças salvíficas para os “irmãos na fé” e para outros povos.

A queda de Samaria

Entre todos os acontecimentos trágicos da história do Povo de Israel, a maior repercussão na História da Salvação ocorreu com a derrota de Samaria, a capital do Reino do Norte². Foi destruído o Reino de Israel, o território mais populoso da Palestina e economicamente superior em comparação ao Reino de Judá, pois a “estrada do mar” seguia o trajeto das caravanas de mercadores desde a fronteira do Egito até o monte Carmelo e bifurcava por estradas vicinais, interligando a Síria, ao leste e, a Fenícia, ao norte. Por essas estradas marchavam as coortes assírias vindas da Mesopotâmia a caminho do Egito que, porém, repeliu sucessivamente todas as tentativas de anexação ao Império Assírio, ao longo dos séc. VIII-VII aC. Mediante tratados políticos com os faraós do Egito, o Reino de Judá teve o respaldo egípcio à sua posição de neutralidade territorial, preferindo pagar tributo a ser saqueado pelos assírios. Os

² As referências históricas constam na Bíblia, pois compete aos autores inspirados relatar os acontecimentos que afetam a História da Salvação. Já os Anais dos povos antigos são lacônicos nas informações sobre os povos subjugados.



reis de Samaria careciam de sagacidade e habilidade política, quando temerariamente entraram em conluio com o rei da Síria para enfrentar o poderio da Assíria. A reação militar foi a resposta a esta sublevação da confederação da Síria, Fenícia e Israel, subjugando os territórios desses povos em sucessivas campanhas. Samaria sofreu um assédio durante três longos anos até a capitulação em 721 aC. Nos Anais assírios, a deportação é atribuída a Sargon II (722-705 aC.) que levou 27.290 prisioneiros, em torno de um décimo da população, acrescidos ao número de habitantes deportados dez anos antes (2Rs 15,29). Pelo que se pode deduzir do texto bíblico (1Cr 5,6.26), os assírios conquistaram também o território de Guilead (Transjordânia), deportando dali somente os líderes dos clãs israelitas. Segundo a praxe assíria, entre os deportados encontravam-se técnicos, artesãos, profissionais da área administrativa, enfim gente qualificada para ocupar cargos no comércio e na gestão de obras públicas. Desses podia surgir mais facilmente a resistência aos novos patrões, aos representantes do governo e à classe dominante. O Reino de Israel, que havia durado duzentos anos, teve finalmente seu fim em 721 aC. e, os membros das Dez Tribos que foram levados para a Assíria tornaram-se as “Tribos Perdidas”, pois nunca mais emergiram na história do mundo.

As dez tribos perdidas de Israel

O relato histórico dos habitantes deportados da Samaria consta nos livros bíblicos e nos Anais assírios, onde se menciona a transferência de habitantes provindos de outros países para preencher as lacunas deixadas no antigo Reino de Israel. A conquista assíria não consistia no morticínio dos povos subjugados, mas na miscigenação entre diversos povos mesclando-os com os nativos. Um governador foi nomeado pelo governo central para administrar essa nova província, defender e desenvolver os interesses dos diversos grupos, arrecadar as taxas dos produtos e do comércio, enfim, pagar os impostos. Para maior rentabilidade das terras, foram implantadas medidas draconianas para otimizar os recursos humanos. Por conseguinte, houve um remanejamento de populações das mais variadas regiões do vasto Império Assírio. Nos Anais assírios são mencionados 30 mil sírios, que foram exilados de sua pátria em Hama (no rio Oronte) e levados para a região montanhosa de Zagros na fronteira entre Turquia e Irã. Outros 150 mil cidadãos arameus foram deportados do sul da Babilônia para o território setentrional da Mesopotâmia, enquanto



um contingente de 65 mil presos marchava dali para o Irã³. O destino dos israelitas é mencionado na Bíblia:

O rei da Assíria deportou os habitantes de Israel para a Assíria, estabelecendo-os em Hala, nas margens do rio Habor em Gozã e nas cidades da Média (2Rs 17,6; 18,11).

Essa referência acerca das cidades e dos lugares de reassentamento, como nos informa o texto da Bíblia, é da autoria dos autores sacros que sabiam como achar o endereço das Dez Tribos. Pois a localização geográfica dessas regiões e cidades está situada na Mesopotâmia setentrional e no Irã. Não estavam perdidas as tribos israelitas quanto ao lugar de seu novo endereço no vasto Império Assírio. Nem se perdeu sua identidade sócio-cultural, porque não foram reduzidos à condição de escravos nem foram enquadrados nas populações carentes, mas receberam a incumbência de exercer funções de capataz, mestres de obras, administrador de latifúndios, ou amanuense das repartições públicas e do exército. Entre os resíduos das escavações arqueológicas foram descobertos óstracos e fragmentos de cerâmica com inscrições de nomes hebraicos e alusões a profissões e status social⁴.

Entretanto, os vestígios das descobertas arqueológicas da localização dessas “dez tribos de Israel”⁵, que os assírios haviam conseguido dispersar para as regiões mais distantes do antigo Oriente Médio são, na verdade, bem escassos e, por isso, não constituem razão suficiente de serem chamadas posteriormente “as dez tribos perdidas”. Por conseguinte, o motivo dessa designação é bem outro, como se pode inferir do tema do seguinte capítulo sobre “o resto de Israel”. A intenção dos assírios era desarticular as populações subjugadas, não propriamente quanto aos laços de procedência do país de origem, ou dos laços de parentesco, mas quanto à coesão social e religiosa. Ora, os grupos israelitas se mantinham coesos pelas convicções religiosas e pela integração em *comunidades de fé em Javé*. Por isso, bastava que se barrasse a freqüência dos fiéis ao culto religioso para que os grupos étnicos e as famílias se mesclassem

³ Cf. René Labat, “Assyrien und seine Nachbarländer (Babylonien, Elam, Iran) von 1000 bis 617 v. Chr. Das neubabylonische Reich bis 539 v.Chr. em Fischer Weltgeschichte III, die erste Hälfte des 1. Jahrtausends, Fischer Bücherei, Frankfurt a.M. 1967, 9-111, esp. p. 58.

⁴ A Malamat, “Exile, Assyrian”, em *Encyclopaedia Judaica* VI, Jerusalém, 1996, p. 1034-36.

⁵ Pamela Barmash, “At the Nexus of History and Memory: The Ten Lost Tribes,” *Association for Jewish Studies Review (AJSR)* 29 (2005), 229-32.



com os habitantes locais, que constituíam a grande maioria de outras crenças e tradições religiosas. Posteriormente, as comunidades judaicas em dispersão (em grego: *diáspora*) instituíram sinagogas onde os cidadãos judeus pudessem encontrar seu centro de convergência, evitando-se assim a sua perda de identidade.

Quando se descartou a dimensão sócio-religiosa das comunidades de Israel que constituíam a identidade dos cidadãos israelitas deportados para a Assíria, surgiram várias lendas sobre “As Dez Tribos de Israel”⁶. Pensava-se que essas tribos israelitas se tivessem perdido na bruma do passado, dando origem a especulações das mais diversas⁷.

Para prevenir tal destino de grupos israelitas dispersos entre os outros povos, foram instituídas comunidades de fé javista no séc. VI aC., quando foram exilados os judeus do Reino de Judá, após a destruição de Jerusalém (587 aC.) pelos babilônios. Os exilados judeus na Babilônia conseguiram obter o indulto do governo babilônio para fundarem no exílio comunidades judaicas com aprovação do governo central, garantindo aos fiéis da fé em Javé o direito de viverem em comunidades coesas enquanto exercessem funções administrativas nas repartições públicas do governo e mantendo-se ocupados com o próprio emprego para ganharem seu sustento e o de suas famílias.

“O resto de Israel”

Quando se tornou praxe de falar da população dizimada do Reino de Israel, começou-se a mencionar uma determinada secção da população desfalcada. Ora, uma parcela ficou residindo na terra pátria, ao passo que outra parcela foi deportada. Entretanto, qualquer uma dessas parcelas, de número reduzido, poderia ser designada como “resto de Israel”. Por conseguinte, era necessário especificar mais precisamente se entrava em questão ou a população remanescente, ou aquela que era exilada no estrangeiro. Além disso, aquele que mencionava o “resto de Israel” era um profeta e não um fiscal do governo encarregado do recenseamento da população israelita. O critério da pertença ao “resto de Israel” não era numérico, mas relativo à prática religiosa do Povo Eleito, aval portanto para um israelita ser registrado no rol dos fiéis praticantes. Ora, a participação na liturgia era o critério de pertença ao Povo da Aliança sagrada

⁶ Tamar Yellin, *The Tales of the Ten Lost Tribes*, Toby Press, England, 2008.

⁷ Wikipedia: “Dez Tribos Perdidas de Israel” (2008).



que, da parte de Deus, é eterna, mas cuja eficácia depende da fidelidade das comunidades de fé, como reza o Salmo:

- ⁸ *Ele sempre se lembra de sua Aliança,
a palavra que mandou para mil gerações,*
⁹ *aquela que ele firmou com Abraão
e confirmou por juramento a Isaac,*
¹⁰ *erigiu em decreto para Jacó,
Aliança eterna para Israel (Sl 105,8-10).*

A pertença à Aliança sagrada impunha a cada um dos fiéis a nobre tarefa de serem portadores de dons salvíficos para os irmãos na fé. Para os israelitas deportados para outros países, era vital saber de que maneira seria possível manter sua vinculação com o Povo Eleito. Uma maneira viável seria enviar um *representante* da comunidade israelita à terra pátria, a fim de manter contato com os guardiães da tradição religiosa de Israel. Outra maneira seria viajar em *peregrinação* aos santuários localizados na terra de Israel, onde pudesse celebrar a liturgia sagrada junto com os fiéis. Era uma questão de importância vital para o Povo Eleito manter vivas as tradições religiosas e a coesão social da comunidade de fé sem fragmentação em seitas, porque a continuidade da História da Salvação depende de dois fatores imprescindíveis: a “Eleição” divina e a “Aliança” sagrada que Deus instituiu com seu povo. Como corolário, estava em vigor a doutrina sobre a intervenção de Deus na História da Salvação, para realizar seus desígnios salvíficos para a humanidade. À luz da pregação dos profetas e da prece dos Salmos, explicitou-se a missão na vida dos fiéis de colaborar na implementação do plano salvífico de Deus para com todos os povos.

A vinculação entre Deus e seu povo mediante a Aliança sagrada fazia parte de sua vocação de pertencer a um “povo à parte”. Para os israelitas exilados não era nada fácil manter sua vinculação com o Povo Eleito. É que a celebração litúrgica continua sendo fundamental porque mantém uma *religião viva* para não perder seu valor como mediação entre Deus e os fiéis. Ora, na liturgia celebrada nos santuários situados em Israel se oficiava o rito cultural compartilhado entre oficiantes instituídos e os fiéis representando todo o Povo da Aliança, sem amálgama com cerimônias e elementos culturais provindos do paganismo. Após a reforma religiosa na linha do Deuteronômio (622 a.C.) o sistema cultural da religião de Israel passou a ser unificado de modo que o *oferecimento de sacrifícios* ficou restrito à liturgia do Templo em Jerusalém. Foi ins-



tituída também a solenidade religiosa da *renovação da Aliança* sagrada, em comemoração anual, lembrando os fiéis de que o destino do Povo Eleito estava vinculado à soberania de Deus na História da Salvação.

Profecia sobre o retorno dos exilados

A atividade profética de Isaías teve grande repercussão em todo o Reino de Judá porque coincidiu com o início de obras públicas em Jerusalém e com o apogeu da política expansionista do Império Assírio. A influência assíria foi inigualada até então por causa de sua hegemonia sobre todos os países do Oriente Médio antigo desde o séc. IX até o séc. VII aC. Ao longo de dois séculos, desde a Mesopotâmia até a Ásia Menor, incluídos os países da Síria e da Palestina, até os confins do Egito e da Núbia, todos os eventos estavam marcados pelo impacto da expansão do domínio assírio. Para os profetas Amós e Oséias, Isaías e Miquéias, havia o grave desafio de aconselhar Reis e partidos políticos quanto ao rumo a tomar em situações de agressão externa ao Povo Eleito, cuja sobrevivência corria sério perigo. O profeta Isaías vaticinava no Reino de Judá, mas servia-se da influência junto aos conselheiros da corte para levarem em consideração os rumos da política externa dos assírios sobre os países da Síria, Fenícia e Filistéia. Não bastava, porém, advertir contra iniciativas temerárias de entrar em conluio com países vizinhos, mas era preciso indicar o rumo a seguir sem dar motivo aos assírios para marchar com todo o poder bélico contra países limítrofes do Império.

É de notar, porém, que o profeta Isaías estava atento às arriscadas manobras políticas dos israelitas do Reino do Norte e dos sírios em mútua rivalidade. Usava todos os meios da comunicação social para influenciar os ouvintes. Escrevia poemas com imagens poéticas, pregava sobre temas de espiritualidade bíblica, discursava em praça pública e na esplanada do Templo com todo o vigor retórico, e lançava mão de um novo recurso para influenciar os ouvintes. Impôs nomes simbólicos a seus dois filhos, referentes à conjuntura política do Reino de Israel: “Furto Rápido Saque ligeiro” (*Maher Shalal Hash Baz*) [Is 8,1], e “Um resto há de voltar” (*Shear Yashub*) [7,3]. São nomes baseados em frases verbais em hebraico, contrariando o uso de frases nominais para nomes próprios, como era praxe até então. A intenção do profeta era torná-los interlocutores com seus colegas, despertando a curiosidade e por meio deles levar uma mensagem aos pais que precisavam ouvir a pregação profética.



Desde a Antiguidade se conhecia o lema: *nomen et omen* (“nome e presságio”). Surge a pergunta sobre o teor da mensagem de Isaías transmitida por esses nomes. O primeiro nome é sem dúvida um vaticínio sobre a invasão assíria em Samaria, capital do Reino do Norte, vítima de um ataque fulminante pelos exércitos inimigos que saquearão os habitantes e as casas. O segundo nome é um presságio sinistro porque prevê a população dizimada e deportada para o estrangeiro⁸. O “resto” estará na rua da miséria, sem sentimentos de ufania das glórias passadas e sem esperança na intervenção de Deus para salvar os israelitas do cativo. A prospectiva de que somente um “resto”, de toda uma população, outrora altaneira e aquinhoada de bens e riqueza, haveria de retornar, não instilava nem alívio, nem renovada esperança. Não se sabia a data do retorno nem os nomes dos felizardos a serem contemplados pela sorte de poder voltar.

O nome simbólico do filho de Isaías servia de apoio à mensagem para o próprio rei Acaz de Judá, quando o profeta Isaías recebeu a inspiração de levar seu filho consigo na comitiva que se dirigiu ao rei (Is 7,3-9).

Os preâmbulos do cumprimento dessa profecia sobre o “resto que há de voltar” (*Shear Yashub*), são ampliados por acontecimentos providenciais. É esse o modo de intervenção indireta de Deus na história, já que não ocorreu um milagre, que seria o modo direto de Deus intervir. Esses acontecimentos eram de dois tipos: um negativo e o outro positivo. O primeiro refere-se à proliferação de leões (2Rs 17,25), e o outro é concernente ao retorno do sacerdote levítico, cuja missão era reinstaurar o culto divino em honra de Deus, o SENHOR (2Rs 17,27). São eventos inesperados devido a fatores naturais, religiosos e políticos que mudaram a situação dos habitantes de Samaria. Na fase inicial do re-assentamento de habitantes provindos do estrangeiro, surgiu um problema em Samaria, como consta na Bíblia:

O rei da Assíria mandou vir gente de Babilônia, de Cuta, de Ava, de Emat e de Serfarvaim e os estabeleceu nas cidades de Samaria, no lugar dos israelitas. Eles tomaram posse de Samaria e passaram a habitar suas cidades (2Rs 17,24).

O primeiro problema é que essas populações são igualmente uma mescla de habitantes deportados sem direito de cidadania, porque eram

⁸ José Luís Sicre, *Profetismo em Israel*, Petrópolis, Vozes, 2008. Veja-se a posição de incerteza quanto ao presságio alvissareiro ou cominatório, p. 266.



cidadãos de outros países⁹. Além disso, como consta na lista de nomes topográficos, a cidade de Cuta está situada no território da Babilônia setentrional, ao leste do rio Eufrates. Posteriormente, os samaritanos eram chamados com o nome depreciativo: “cutitas”¹⁰. As outras cidades são identificadas e têm sua localização situada no território da Síria (Ez 47,16). Surgiu outro problema de cunho religioso:

Ora, quando começaram a habitar ali, não veneravam o SENHOR. E o SENHOR mandou contra eles leões, causando mortes no meio deles (2Rs 17,25).

O segundo problema era de natureza cultural, concernente aos costumes religiosos e culturais dessas populações. Parece que o problema está na rivalidade entre crenças de caráter espúrio e a fé em Javé (SENHOR). Por isso, a superioridade da fé no SENHOR se manifesta no castigo dos pagãos.

Noticiaram ao rei dos assírios: “A gente que trouxeste e fizeste habitar nas cidades de Samaria ignora as leis do deus do país. Como ignoravam o culto do deus do país, ele mandou contra eles leões, que os mataram (2Rs 17,26).

O terceiro problema é a medida cautelar que os habitantes de Samaria procuram obter do rei da Assíria. Pois trata-se da proliferação de leões nas áreas habitadas onde rondavam impunemente, já que eram símbolos da deusa *Atargatis*¹¹, cuja veneração era praticada pelos habitantes sírios¹². Foi dirigido um requerimento ao rei da Assíria, em forma de uma medida cautelar, contra a aplicação da lei de *lesa divindade* contra os caçadores de leões, abatendo esses animais ferozes fugindo das jaulas e das reservas florestais quando invadissem os povoados e atacassem os seus moradores. Ora, os leões eram tidos como animais de estimação por serem símbolos de qualidades de imponência e majestade da deusa *Atargatis*, da Síria, e estavam protegidos contra o extermínio, segundo a lei de liberdade da religião de zoolatria que vigorava no Império Assírio. Invocava-se, então, a lei de proteção à vida dos habitantes provenientes de vários países onde não

⁹ Veja-se “Samaritans”, John Macdonald, a secção histórica, por Benyamim Tsedaka e John Macdonald, em *Encyclopaedia Judaica* XIV, Jerusalém, 1996, p. 725-758.

¹⁰ Na Palestina nasceu (em 37 d.C.) o escritor judaico Flávio Josefo, que escreveu “*Antiguidades Judaicas*” (ou *História de Israel*): referência a “cutitas” em AJ: (9,14,3; 13,9,1).

¹¹ A figura do leão simboliza um dos atributos da deusa *Atargatis*. Cf. René Dussaud, *Les Religions des Hittites et des Hourrites, des Phéniciens et des Syriens*, II. Partie, em *Les Anciennes Religions Orientales*, Presses Universitaires de France, Paris, 1949, p. 393.

¹² A deusa *Atargatis* era mencionada como *prodigiosa Atargatis*; cf. *op.cit.* p. 395.



se venerava a deusa *Atargatis*. Por isso, os habitantes de Samaria tinham de pedir uma medida cautelar contra a aplicação da lei de *lesa divindade* contra os caçadores de leões, e a proteção do governo, no caso de defesa pessoal contra o crime de lesa-divindade. É de notar que o deus nacional da Síria do norte era Hadad, cujo animal simbólico era o touro, ao passo que sua assistente (em grego: *paredros*) era *Atargatis*.

A quarta questão mencionada no relato histórico é o motivo do retorno do Exílio:

O rei dos assírios ordenou então: “Enviai para lá um dos sacerdotes que trouxestes cativos e que ele vá com eles e lhes ensine as leis do deus do país.” Assim veio um dos sacerdotes que tinham sido levados cativos, foi morar em Betel e ensinava como venerar o SENHOR” (2Rs 17,28).

O retorno de um “resto” dos habitantes deportados era tão repentino que surpreendeu os israelitas no exílio, quando ouviram a notícia do indulto do governo permitindo o retorno do sacerdote levítico, cuja finalidade era reinstaurar o culto javista na província de Samaria. A escolha do lugar também surpreendeu, por não ter sido Silo, onde havia um santuário de central localização no país¹³. Provavelmente esse santuário virou ruínas, porque distava apenas uns 20 km de Samaria, onde as coortes assírias acamparam durante três anos, fazendo dali incursões às circunvizinhanças. Em Betel ficava o santuário do culto israelita e centro de romaria, desde a sua fundação por Abraão (Gn 12,8), distante uns 22 km de Jerusalém. A partir daquela data havia um lugar de convergência da religião israelita e novo manancial de irradiação de dons divinos para os fiéis do antigo Reino do Norte e, d’ora em diante, também para o Reino do Sul. A época histórica coincidiu com o começo da reforma religiosa do javismo, iniciada (em 716 aC.) por Ezequias, rei de Judá, concluída pelo rei Josías com a reforma deuteronomista (em 622 aC.).

Finalizando a pesquisa histórica sobre a significação da profecia de Isaías sobre o retorno de um “resto” de Israel, merece destaque todo especial a validade perene da Aliança sagrada, ainda que somente para um “resto” do Povo Eleito¹⁴. O objetivo primordial é o teor da promessa divina como

¹³ Cf. a importância religiosa do santuário de Silo por Mark Leuchter, “The Reference to Shiloh in Psalm 78”, em *Hebrew Union College Annual* (HUCA) 2007, 1-31.

¹⁴ A significação teológica do “resto do Povo Eleito” foi aprofundada por S. Paulo na *Carta aos Romanos* (Rm 11,5), ao falar dos judeu-cristãos que constituem um “resto” quando se converteram à fé cristã, tendo como missão de evangelizar os judeus para convertê-los igualmente ao cristianismo. Por que é os judeus precisam da conversão ao ingressar no cristianismo? A resposta está na renúncia da concepção de Jesus



prioridade, sem chance de ser invalidada pelas vicissitudes da contingência humana. A população deportada tinha que encontrar os meios disponíveis para conservar-se fiel à Aliança de Deus com seu povo. Mas, os israelitas remanescentes em Samaria não eram deixados à mercê da miscigenação étnica e do sincretismo com outras religiões, trazidas no rol da bagagem de crenças, superstições e ritos mágicos pelos imigrantes reassentados no território do antigo Reino do Norte¹⁵. Por isso é que o profeta Isaías recebeu de Deus a incumbência de assumir o papel de guardião da tradição religiosa do Povo Eleito num dos períodos mais conturbados da sua história.

Conclusão

A relação entre religião e história só pode ser discutida dentro de um contexto mais amplo da relação entre tradição religiosa e política. É que a temática de fundo compreende o conjunto daquelas condições de vida social, que permitam aos homens, às famílias e às sociedades ter várias formas de vivência da fé em comum, para fins de um desenvolvimento pessoal e comunitário, à luz dos princípios da religião. Lembremos, porém, que o termo *política* não fica “diluído” por outras conotações, tornando-se praticamente sinônimo de “bem comum”. Mas quando o sistema político marca os assuntos internos e as relações internacionais, cabe à religião bíblica tomar medidas concretas quando a comunidade de fé enfrenta o problema de um regime injusto e opressivo. Nesse ponto vale a pena tomar em conta o enfoque sobre a religião que deveria despertar os ideais mais nobres, incutir os sentimentos mais sublimes, suscitar novas esperanças e fortalecer nossa confiança. Como se expressa o Pe. Lonergan: todas as nossas perguntas são perguntas sobre Deus, mas começam sendo perguntas a respeito da vida cotidiana e suas vicissitudes¹⁶. De maneira muito particular, a fé bíblica nos desperta o interesse por questões concernentes ao nosso irmão na fé, de sua vinculação entre o Deus da *Aliança* e seu povo na História da Salvação.

E-mail do Autor:

peluis@colegiocatarinense.g12.br

Cristo como mero profeta humano e na aceitação dele como Mediador divino entre o Deus Altíssimo e a humanidade.

¹⁵ Cf. “Samaritans”, John Macdonald & Benyamim Tsedaka, *op. cit.*

¹⁶ B. Lonergan, *Method in Theology*, Darton, Longman & Todd, London, 1972, p. 101-103.